

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

ATA Nº 23

Aos catorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e três horas e vinte minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reuniu para Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto Único: Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2023. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

Aqui há Porto-RM – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Ana Maria Miguéis Martins e Sá, Hugo António dos Santos Silvestre, António Maria Sousa Guedes Barbosa de Abreu, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros e Abel Rodrigues Magalhães. -----

Partido Socialista – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos e Érica Filipa Fonseca Pacheco Rodrigues. -----

Partido Social Democrata – Ernesto Paulo Preto Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca e Tiago Filipe Alves Moutinho. -----

Bloco de Esquerda – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Teresa Marisa Alves Martins. -----

CDU – Hugo Alexandre Lopes Ferro e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

PAN – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

Faltas: -----

Aqui Há Porto-RM – Luís Rocha Pires Mendes Godinho, substituído por Ana Maria Miguéis Martins e Sá, Gianpiero Freire Zignoni, substituído por Hugo António dos Santos Silvestre e Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, substituído por António Maria Sousa Guedes Barbosa de Abreu. -----

CDU – João Duarte Gonçalves, substituído por Hugo Alexandre Lopes Ferro. -----

Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

Aqui há Porto-RM – Luís Rocha Pires Mendes Godinho, Gianpiero Freire de Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Natacha Filipa da Silva Santos, António José Cardoso de Barros, Paulo António Constantino de Sá Pinto e Maria da Glória Vieira da Silva. -----

PSD – António Miguel da Costa Cardoso Antunes e Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes. -----

CDU – João Duarte Gonçalves e Ana Rosa Barbedo Gonçalves. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e os Vogais: Ângela Maria Figueiro Cintra, Augusto Artur Saldanha e Matilde Maria Gomes Marques. -----

Presidente da AF – Cumprimentou novamente todos os presentes e deu início à Assembleia Extraordinária, com a leitura do Edital. -----



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature: Herculano António Baptista

Mário Praça (1º Secretário da Mesa) – Procedeu à leitura do Edital e efetuou a chamada para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes 19 Deputados. -----

Presidente da AF – Interveio para ler o Ponto Único da O.T. “**Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Português 2023**”. Perguntou ao Sr. Presidente da Junta que pretendia usar da palavra, tendo o próprio respondido afirmativamente. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que tentou trazer, hoje, os três Membros do Júri para questões técnicas, que os Srs. Deputados quisessem colocar. A Dra. Joana Forbes não conseguiu estar presente, o Dr. Rémulo Marques estava na Madeira em trabalho e o Dr. Miguel Ângelo disponibilizou-se e está ao dispor para responder a questões que os Srs. Deputados pretendam colocar. No que diz respeito ao trabalho, quer agradecer muito ao Júri, pois não é nada fácil analisar 45 candidaturas, conseguir selecionar 21. Quer agradecer às colaboradoras da Junta porque conseguiram que não fosse recusada nenhuma candidatura por falta de qualquer documento. Colocaram as colaboradoras a darem informações a todas as Associações, tentaram contactar por e-mail, a participar no Orçamento do Fundo de Apoio ao Associativismo. É um sinal de bom trabalho ao terem 45 candidaturas. Voltou a agradecer a todos ao terminar a sua intervenção. Quis fazer um agradecimento em seu nome pessoal, ao Dr. Miguel Ângelo e na pessoa do Dr. Miguel, agradecer a toda a equipa do Júri que tem sido fantástica. Verifica o empenho, a dedicação e muitas vezes, horas perdidas do Júri para que isto seja um bom trabalho. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Nesta sua intervenção quis dar os parabéns ao Júri e agradecer o excelente trabalho que fizeram. De facto, não é fácil, principalmente ao Dr. Miguel porque está em todas. Afirmo que não está em condições de poder votar este ponto da O.T. porque falta documentação. Faltam os relatórios das atas do Júri e falta, principalmente, a ata da reunião em que tudo isto foi aprovado pelo Executivo. Pensa que isto não foi aprovado no Executivo e desta forma não vai discutir porque não têm a votação do Executivo, extrapolou da última vez, como não foi votado em Executivo, pensa que não estão em condições para discutir este Relatório. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que pelo PSD o Relatório não é hoje aprovado. Sabe que farão tudo por tudo, pois desde o início os Membros do PSD desenquadraram-se deste Executivo e não conseguem tirar partido do bom trabalho que se está a fazer. É para ficar em Ata. Todo o grande trabalho e todo o trabalho que está a ser desenvolvido é pelo Executivo do Aqui há Porto. Quis deixar bem claro uma coisa. A colaboradora Rute Sousa faz assessoria à Assembleia com o Sr. Presidente e esteve de férias. A colaboradora Fernanda Silva esqueceu-se de enviar as atas. Mas se o Sr. Presidente da Assembleia autorizar, vai buscar as atas, copia e entrega aos Srs. Deputados. Estão a falar só da ata da reunião, não é um Relatório, é uma ata. Entende que aqui ninguém tem interesse em atrasar o processo às Associações, ninguém aqui tem interesse que não seja por causa da falta das atas, que lamenta, mas é da responsabilidade dos Serviços, pois não é ele que envia a documentação. Tem de defender e assumir aqui a falha dos Serviços. A culpa é sempre do Presidente, como sabem. Está aqui em questão que é pegar nas Atas, fazer a sua entrega neste momento e está resolvido o assunto ou então marcar outra Assembleia, atrasar todo o processo. -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente e propõe que se faça a pergunta ao plenário e de imediato deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para colocar um ponto de ordem à mesa. Entende e já o referiu várias vezes que há da parte do Executivo o conhecimento do que é que deve ser enviado pelo Organismo Executivo ao Organismo Deliberativo para poder apreciar devidamente as coisas, uma vez que o Sr. Presidente do Executivo integra a Assembleia Municipal, Órgão Deliberativo e sabe que qualquer documento que vá ser apreciado na Assembleia Municipal, o documento em causa vem acompanhado da certidão da ata ou da deliberação e eventuais declarações de voto que acompanhem. Entende que a Mesa deve ter mais cuidado nos documentos e solicita quando eles não vierem apresentados condignamente, solicitar que o Executivo lhe entregue a minuta da ata ou a certidão de deliberação para acompanhar devidamente os documentos e assim evitarem situações constrangedoras como esta que agora aqui se passou. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Afirmou que tinha toda a razão. Errar é humano. Pediu desculpa pela sua parte. Solicita da possibilidade de os Membros da Assembleia acederem neste momento ao documento, que prova a aprovação por parte do Executivo nesta Assembleia. Mas compreende se decidirem o contrário e deu a palavra ao Deputado Ricardo. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que claro que sim. Da mesma maneira que fizeram na última Assembleia, também aceitarão para esta, pois pode vir por e-mail e vão discutindo. Mas relembrou que não pediu só um documento, mas na sua opinião faltam dois documentos. Falta o documento da aprovação no Executivo e as Atas do Júri tal como pediram no outro. Não será por isso que vão votar contra, porque acham que é muito importante o apoio a estas Associações e é importantíssimo apoiar estas Associações. Mas quanto a ele, faltam as Atas do Júri sobre estes documentos, nomeadamente a aprovação do Relatório do Júri. -----

Mário Praça (1º Sec. da Mesa) – Afirmou que a culpa é também da Mesa e já foi assumida essa responsabilidade, a qual foi dita pelo Sr. Presidente da Mesa. De qualquer maneira também para estas questões, não faz sentido se também foi detetado algumas destas situações, os Srs. Deputados podem, eventualmente, ajudar a Mesa, bem como o Executivo, a solicitar essa documentação que está em falta, perante um lapso e todos falham. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do 1º Secretário da Mesa e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que estão aqui com o interesse de todos de apoiarem estas Associações e solicita, por favor, ao Sr. Presidente da Mesa, uma vez que o Sr. Deputado do PSD tem dúvidas e a documentação que tem de lhe ser enviada, se deixa a Srª Drª Alexandra Cachucho informar quais os documentos que têm de vir a esta Assembleia. -----

Presidente da AF – Informou que não é ele que autoriza, mas sim o plenário, tendo-se verificado que todos estavam recetivos a essa explicação. -----

Drª Alexandra Cachucho (Gabinete Jurídico da União de Freguesias) – As Condições Gerais que estão aprovadas pelo Júri, estão feitas de acordo com aquelas condições impostas pela CMP. Os artigos 7º e 8º das Condições Gerais da CM são aqueles que regulam esta matéria. Há um que é o artº 7º em que diz e passou a citar: “O que é o Relatório e o que é o conteúdo do Relatório Final”, fim de citação e há outro que é artº 8º que diz e passou a citar: “O Relatório Final tem de ser submetido à aprovação da Assembleia de Freguesia”, fim de citação. O Relatório Final teve o cuidado de ver o Relatório Final e que é feito também de acordo com outras Assembleias de Freguesia que inclusivamente já aprovaram este documento por unanimidade, tem todos os elementos que são exigidos pelas Condições Gerais da CMP. A única coisa que a CM exige e que as condições da Câmara Municipal exigem é que seja





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature: Mário Jacinto, Alvaro Albuquerque

submetida à apreciação da Assembleia de Freguesia. O Relatório Final, não fala em Atas nem mais em elemento algum. Se repararem, até o próprio Relatório Final tem o histórico sobre aquilo que foi naturalmente todo o processo e faz referência, nomeadamente, às várias reuniões e às várias áreas que foram existindo. Claro que se alguém tiver alguma dúvida o processo físico existe, está no gabinete de apoio ao Sr. Presidente e é uma questão de ser consultado. Em termos de formalidade para esta Assembleia votar é claro que deveria ter vindo a acompanhar o documento do Executivo. Nem sequer é uma aprovação. O que a Junta de Freguesia deve fazer é submeter à aprovação da Assembleia de Freguesia, o Relatório Final, não é propriamente uma votação, mas pode fazê-lo. Não vão entrar nesse tipo de formalismo, mas tem de vir, de facto, a ata para demonstrar que passou pela Junta de Freguesia e o documento está com todos os elementos que estão previstos na Lei. -----

Presidente da AF – Agradeceu os esclarecimentos prestados pela Dr.^a Alexandra. Afirmou que entende que vão conseguir ter o documento durante o decurso dessa sessão e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que aquilo que se está a passar aqui é apenas mais um exemplo daquilo que era essencial, que era estarem aqui na Assembleia a serem discutidas questões relacionadas com o Regulamento do próprio, um esclarecimento de quaisquer dúvidas e como não houve depois dá esta confusão. Quer aproveitar para dizer o seguinte: Nos documentos do Contrato Interadministrativo há um artigo 8º que diz e passou a citar: “Decisão o Relatório Final do concurso elaborado pelo Júri, é submetido à aprovação dos órgãos da União de Freguesias até ao final do primeiro semestre do ano em curso, devendo conter obrigatoriamente o orçamento e a calendarização do plano de implementação das candidaturas a apoiar, é o que está aqui escrito e é o que o júri nos fez chegar obviamente a existência de duas formulações distintas nos documentos causa confusão. Compreende o raciocínio da Sr.^a Dr.^a e concorda com ele. Mas existem dois aspetos: Um tem haver com a própria forma como os documentos vieram da Câmara, tem estas confusões. A outra é o facto de como já foi aqui sucessivas vezes dito por ele, é essencial que os documentos que vêm como Proposta da Junta para a Assembleia, venham acompanhados da Minuta da Ata ou da certidão de deliberação. Agradece que nos bons conselhos que dará ao Executivo, lhes diga sobre a forma como deve responder aos pedidos de informação, veiculados pelos Membros da Assembleia através da Mesa, o que faz com que seja um pedido de informação da Assembleia e não do elemento. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputada e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Afirmou que uma vez que se estava a discutir questões procedimentais, tinham preparado a intervenção do PAN com este Ponto, mas uma vez que estão aqui a discutir a questão procedimental da apresentação do Relatório, não podem deixar de reparar que ao contrário daquilo que diz, pelo menos, no entender do PAN, a informação não está como deveria estar no que é aqui definido nas Condições Gerais. Uma vez que no artº 14º onde consta o Relatório Final e diz que esse Relatório tem de ter, alínea a) “A lista das Candidaturas apresentadas, com indicação do respetivo orçamento”, correto. Alínea b) “Lista das Candidaturas a excluir”, correto. Alínea c) “Lista das Candidaturas a admitir com a respetiva proposta de pontuação”. Entendem que é neste ponto que está em falta a fundamentação. Não encontrou em lugar algum do Relatório a fundamentação para a pontuação que é atribuída a cada Associação. Entende que estão em incumprimento naquilo que são as Condições Gerais, nomeadamente na alínea c) do artigo 14º. Isto é sobre o Relatório Final, na alínea c) em que diz que tem de conter obrigatoriamente a respetiva





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature in blue ink.

proposta de pontuação e fundamentação. Entende que essa fundamentação é vital para poderem analisar qual é que foi o critério do Júri e o que é que cada Associação aqui representava, qual foi a fundamentação para ser aprovada ou não. Mas não é só a ver com o PAN enquanto força política, mas é mesmo o que diz nas Condições Gerais e não encontrou em lugar algum do Relatório. Ela e outra colega que é também advogada, olhou para este documento e também reparou que da mesma forma que está em falta a apresentação do Relatório Final. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e de seguida deu a palavra à Dr^a Alexandra Cachucho, do Gabinete Jurídico da União de Freguesias. -----

Dr^a Alexandra Cachucho (Gabinete Jurídico da União) – Afirmou que as condições da CM falam em fundamentação. As condições do Júri, depois o Júri nas condições do Júri especificou uma série de critérios que defende precisamente essa fundamentação. São definidos os critérios e é colocada a pontuação que é atribuída à frente. Depois no Relatório Final está precisamente essa votação que foi feita de acordo com esses critérios. É preciso saber analisar. Têm as condições da CM que define que tem de haver fundamentação. O Júri definiu para os candidatos terem conhecimento de quais são os critérios que vão ser seguidos para a análise das Propostas, especificou 5 parâmetros e a respetiva pontuação dada a cada um dos parâmetros. A fundamentação resulta das análises dessas condições juntamente com cada uma dessas votações que foi dada em cada um dos parâmetros que consta do Relatório Final. É essa a fundamentação. Não haveria fundamentação se o júri não tivesse sido transparente, nomeadamente se não tivesse tido o cuidado de definir os critérios das próprias condições para que quando se prepararem as candidaturas se saibam como é que as candidaturas vão ser analisadas e se por outro lado, tivesse feito o Relatório Final não tivesse lá colocado a votação que deu em cada um dos parâmetros, que foi nomeadamente submetida em audiência prévia, a cada um dos candidatos e que cada um dos candidatos teve oportunidade de se pronunciar durante dez dias úteis. A fundamentação de cada uma das avaliações está espelhados nos quadros que estão no Relatório Final. É uma questão de fazer uma leitura consertada entre aquilo que são as condições da CM, as condições que foram definidos pelo Júri, a votação que foi feita pelo Júri e a informação que consta do Relatório Final. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Dr^a Alexandra e deu a palavra à Deputada Teresa. -----

Teresa Martins (BE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todo os presentes. Em relação a este assunto, tal como em relação ao do Orçamento Colaborativo, têm tido sempre a mesma preocupação, de alguma maneira vai repetir-se em relação àquilo que disse na Assembleia anterior. O que o BE entende, e talvez isso poupasse alguns dos problemas com que se estão a deparar aqui agora, é que era muito importante, e bem sabem que isto é uma questão regulamentar que já vem da Câmara Municipal, mas que era muito importante a Assembleia poder pronunciar-se em fases anteriores do processo, ou seja, na definição do Regulamento, das tais Condições Gerais e dos critérios que depois determinam quem é que vai ou não receber os apoios. Não tendo tido a possibilidade de intervir durante o processo, neste momento também estão aqui deparados com pouca margem para se poderem pronunciar em relação àquilo que é um Relatório baseado em determinados critérios que foram estabelecidos pelo Júri e que francamente não se sente em condições de contestar, e que não vão estar a contestar. O que entendem é que era em momento prévio que este processo deveria ser discutido por esta Assembleia, para que agora tivessem condições para se pronunciarem em relação ao resultado. Sendo assim, continua a ser um processo confuso e pouco claro. Lamentam que continue a haver estas coisas. Uma nota final: acha extremamente inaceitável





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature in blue ink.

que quando já percebemos que de alguma maneira, várias pessoas que têm aqui responsabilidades que não foram cumpridas, isto acabe por cair na funcionária que, não é para estar aqui agora a fazer um jogo de culpas, mas entende que é a última pessoa responsável pelo documento ter ido ou não. A verdade é que foi extremamente desconfortável esta situação e a funcionária é que foi a correr tirar cópias. Estas situações acontecem muitas vezes, não é a primeira vez e entende que é mesmo constrangedor e que se ela própria fosse funcionária da Junta iria sentir-se extremamente mal nesta situação. Têm de tentar evitar estas situações. Não é necessário dizer o nome da funcionária, é escusado. Aproveito para dizer ao Júri, na pessoa que esteve presente na Assembleia, porque entende que é importante, que sabem que é um trabalho bastante inglório, que dá muito trabalho, bastante ingrato porque ainda tem de vir à Assembleia. Em nome do BE quer agradecer o trabalho do Júri nestas coisas que bem sabem que são processos trabalhosos, morosos e também de grande responsabilidade. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. -----

Sandra Mondim (PS) – Afirmou que a Bancada do PS quer agradecer o trabalho desenvolvido pelo Júri na presença do Sr. Dr. Miguel Ângelo Martins, mais uma vez está aqui no meio destas vicissitudes todas levantadas. Tal como aqui já foi referido, a entender que existem documentos em falta e se aprendesse um bocadinho ou se tomasse um pouquinho de atenção naquilo que ainda há pouco tempo aconteceu aqui, relativamente ao Orçamento Colaborativo, evitava-se estas situações e era mais fácil clarificar os processos. Não é só a questão da Ata por uma questão formal da Ata que validou este Relatório a nível do Executivo. Também o PS entende que deveria estar no Relatório aqui para a Assembleia, acompanhado da Ata que votou a constituição do Júri que elaborou e assinou o Relatório em votação. É de facto uma questão de clarificação. No entanto também gostaria de dizer aqui na Assembleia que se a Ata que está mencionada no Relatório de 29/3/2023 ainda se consegue vislumbrar no site da Junta, é uma questão de consultar onde está realmente mencionado o Júri para este processo. A partir de 26 de abril tal não é possível. As Atas não estão inseridas, ainda recentemente o Presidente teve uma conversa com ela e com elementos desta Assembleia relativamente a isso, demonstrando até alguma admiração por isso não estar a acontecer. Não é a primeira vez que isso é chamado à atenção nesta Assembleia, portanto não foi retificado, pois desde 26 de abril não existe ata em minuta que era habitual estar no site e não está. Retificando isso e pelo menos tinham a possibilidade de as consultar. Há aqui de facto algumas coisas que não parecem estar devidamente clarificadas. A Sr^a Dr^a já deu a sua explicação, mas a única coisa que realmente se lamenta é que se remeta para uma funcionária, a responsabilidade de uma situação que se repete. Sabe que o Sr. Presidente já assumiu a responsabilidade, mas de facto existem coisas que seriam de evitar mencionar e prestando atenção ao que aconteceu nas últimas Assembleias, de facto evitava-se essas situações. Volta a repetir que não é isso que vai obstaculizar os apoios às Associações que são necessários e que são importantes, mas é de facto as formalidades que devem ter sido em conta. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado António Abreu. -----

António Abreu (Aqui há Porto-RM) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Aproveitou para agradecer a presença de um Membro do Júri. Afirmou que compreende a importância do ponto de vista formal e do ponto de vista da transparência, as Atas. Apesar da pouca experiência que tem aqui também percebe que adiar esta votação, seria uma falta de respeito. Primeiro para com a presença de um Membro do Júri aqui presente e



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature in blue ink.

em segundo lugar para com as Instituições que precisam deste dinheiro para a sua atividade e que tanto bem faz aos nossos fregueses, às pessoas de rua, às Instituições Culturais e que precisam de dinheiro para a sua sobrevivência. Adiar esta votação seria, no seu ponto de vista, seria inqualificável. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

Natacha Meunier (PAN) – Relativamente a este Relatório Final é de salientar antes de mais que é com agrado que constata pela primeira vez, a contemplação de uma Associação de causa animal, nomeadamente a “Animais de Rua” que se enquadrou no eixo da Coesão Social, confirmando-se que este tipo de Associações prestam efetivamente um serviço público à comunidade, caso específico aos nossos fregueses que são detentores de animais de companhia. Esperam que este seja um pronúncio de um olhar mais atento a estas causas. Também se congratulam que tenha sido contemplada a “Associação de Albergues Noturnos do Porto”. No ano passado também tinham feito menção que era com muita pena que não tinham sido contemplados pelo trabalho incrível que desenvolvem na nossa freguesia e ficam muito contentes de ver que foram contemplados neste apoio. Relativamente àquilo que já teve a oportunidade de dizer relativamente às Condições Gerais, a apreciação do PAN é de que existe aqui informação em falta, procedimental ou não procedimentalmente. Muito gostariam de ter um Relatório que lhes pudesse dar mais informação sobre os projetos para também poderem exercer melhor a análise. Acredita que seja um trabalho exaustivo, com muito cansaço e dedicação, não tem dúvidas de isso e mais uma vez dá o mérito a este trabalho, mas ainda assim para o PAN uma pequena fundamentação, uma pequena descrição do Projeto, só têm acesso ao título do Projeto, muitas vezes nem sequer é condizente com aquilo que o projeto se refere e mais uma vez lançam este desafio de pleno menos uma breve descrição, com que substancia deste projeto, para fazer uma análise mais completa. Aproveita para dizer que mais uma vez constata que o Orçamento que é dado para este Fundo de Apoio é claramente insuficiente uma vez que das 45 candidaturas que foram apresentadas, 21 foram aprovadas, ou seja, menos de metade das Associações que se candidataram tiveram acesso a apoio e acredita que o Júri confirmará que não terá sido por falta de méritos dos projetos apresentados, mas sim, por esgotamento da verba. Mais uma vez lançam o desafio, nomeadamente no lugar no Sr. Presidente na Assembleia Municipal reivindique pela sua Freguesia e pelos seus fregueses, o reforço destes apoios. Já perceberam o quanto são importantes para a Freguesia e para as Associações que aqui desenvolvem o seu trabalho e esse trabalho é muito importante. Por fim, quer referir também que apesar de terem sido cumpridas as metas de tempo para apresentação de candidaturas desde que o Edital foi lançado, que foi cerca de um mês, entre o lançamento do Edital e o prazo final para apresentação das candidaturas. Viram que decorreu uma sessão de esclarecimento e de apoio para o preenchimento das candidaturas. Ainda assim voltam a reforçar a ideia de que este prazo pode ser um bocadinho mais alargado e não só isso, também divulgado por canais mais alternativos para que mais possam também ter conhecimento deste projeto. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que o Executivo tentou chegar perto do máximo de Associações que puderam e tentaram ajudar ao máximo todas elas. Esta semana teve uma reunião com a Câmara no sentido de reivindicar exatamente mais verbas, tanto para o Colaborativo como para o Associativismo e têm prazos a cumprir. Já assim fica difícil cumprir o prazo de até ao final do mês de junho ou julho. Ainda agora se alargassem mais o prazo, foram a Junta de





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Handwritten signature: António Balsemão

Freguesia que se calhar, teve o prazo mais alargado, ou seja, demora muito o processo e têm prazos a cumprir. Deram bastante tempo, até foram das freguesias que deram mais tempo para que entrassem candidaturas e isso é visível pelo número que receberam. Devem ter sido a União de Freguesias com mais projetos apresentados e se calhar até mais apoiados. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

Vítor Vieira (CDU) – Quis agradecer na pessoa do Presidente do Júri o grande esforço que tiveram e que é fruto de circunstâncias que lhe são alheias, mas que enfrentaram, e entende que merecem um aplauso de todos pelo esforço que fizeram. Há que ter em atenção que este processo não vai lá por querer apoiar por termos a vontade de querer chegar a todos, vai lá por querer apoiar por termos a vontade de querer chegar a todos, vai lá por se criar um conjunto de regras mais simples e mais eficientes. De seguida passou a ler um Documento intitulado “Fundo de Apoio ao Associativismo 2023”, o qual fica em anexo a esta ata, com o n.º

1. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para agradecer à funcionária Fernanda Silva pelo trabalho que teve na Secretaria, a procurar a ata e também agradecer aos Srs. Deputados pela compreensão porque as falhas acontecem e o objetivo aqui é andar com o processo para a frente porque já estão um pouco atrasados e têm de apoiar as Associações. Também se dirigiu ao Sr. Deputado Vítor, que antigamente quando era na Câmara, eram menos Instituições, mas eventualmente com a mesma verba ou a rondar as verbas, mas era diferente. Agora num ato de proximidade a Câmara entendeu delegar nas Juntas e muito bem. Existem algumas Associações que falou aqui de âmbito nacional, mas não se podem esquecer dos projetos que apresentam que são de relevância. Eles fazem um trabalho fabuloso e ele próprio tem o cuidado de visitar muitas dessas Associações e pode dizer que este ano foi visitar a Associação de Solidariedade das Fontainhas e têm o ATL mais completo da Cidade do Porto, graças ao Orçamento Colaborativo do ano passado. Nesse âmbito, quis agradecer a todos, quis agradecer na pessoa do Sr. Dr. Miguel Ângelo, o Presidente do Júri, bem como a todos os Membros do Júri. Espera poder continuar a contar com a colaboração do Sr. Dr. Miguel, porque tem sido uma grande ajuda para esta União de Freguesias. Muito Obrigado. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, mas ninguém se inscreveu para o fazer. Perguntou ao Sr. Dr. Miguel se pretendia fazer alguma intervenção, mas o próprio declinou o convite. De seguida informou o Plenário que os Trabalhos seriam interrompidos por dois minutos, a pedido da Bancada do PSD. Após o reinício dos Trabalhos procedeu-se à votação do Ponto Único da O.T. “**Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2023**”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 16, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PSD, 4 do PS e 2 da CDU. Abstenções: 3, sendo 2 do BE e 1 do PAN. Este ponto foi aprovado com maioria. De seguida deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----

Mário Moutinho (BE) – Afirmou que o BE apresenta uma Declaração de Voto, porque importa dizer, desde já, que não votaram contra, mas abstiveram-se para não obstaculizar a entrega destas verbas às Associações que tanto precisam desse fundo para as suas atividades. Essa é a razão principal porque o BE se absteve e não votou contra. São profundamente críticos em relação ao processo e aproveitou para dizer à Assembleia, que face a tudo isto, gostavam de não ter razão, mas a verdade é que há muito tempo que falam sobre este assunto, o BE tem razão e os factos provam isso. -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. Informou que esta Deputada optou por fazer uma declaração de voto agora para ficar registado e não enviar por escrito. -----

Natacha Meunier (PAN) – Interveio só para que fique registado que a abstenção do PAN se deve às falhas que apontaram procedimentos no sentido de haver mais transparência e mais diálogo deste processo para com esta Assembleia, até para que este processo se torne mais abrangente e mais efetivo que aquilo que é neste momento que alcance o maior do seu potencial. Apenas não votaram a favor por causa destas questões que acham que devem ser reformuladas, mas mais uma vez dar os Parabéns ao trabalho que é desenvolvido, nomeadamente pelas Associações que sem este apoio veriam o seu trabalho mais dificultado. Desejam que este apoio continue e de melhor saúde, se possível. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção das Deputada e deu a palavra ao Deputado Vítor.
Vítor Vieira (CDU) – Interveio para informar que vai fazer uma Declaração de Voto, mas primeiro quer chamar a atenção para mais uma situação que agora se vêm confrontados. Receberam há momentos a Minuta da Ata da 52ª reunião ordinária da Junta de Freguesia do dia 5/07/2023 e constataam que na reunião desse mesmo dia, o Sr. Presidente propôs a inclusão do seguinte Ponto: “Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2023” e submissão do mesmo à apreciação e deliberação da Assembleia de Freguesia que depois foi votada por unanimidade dos presentes, no dia 5/7/2023. O Sr. Presidente propôs à Junta de Freguesia que apreciasse o Relatório Final e o submetesse à Assembleia de Freguesia para a convocatória desta Sessão que diz “Ponto Único: Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense 2023”, vêm que está datada de 4/07/2023. Isto é embaraçoso. Solicita que tenham mais cuidado com isto. -----

Mário Praça (1º Sec. da Assembleia) – Interveio para dizer quer a O.T. pode ser feita antes dessa Deliberação, nada impede. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do 1º Secretário da Mesa e deu a palavra ao Deputado Vítor. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que não tinha a certeza que poderia ser assim. Entende que é embaraçoso. É um elemento que o desagradou. -----

Mário Praça (1º Sec. da Assembleia) – Afirmou que o Sr. Deputado recebe relatórios para as Assembleias, convocatórias sobre determinados assuntos que estão fechados e que chegam muito antes. Não entende porque é que agora está com esta dúvida. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do 1º Secretário da Mesa e deu a palavra ao Deputado Vítor. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que está a ser interpelado pelo Vogal da Mesa a perguntar porque é que tenho esta dúvida de ter recebido uma convocatória com data anterior à aprovação do documento que iria ser discutido. Diz que não é possível, sabe que é possível, mas é embaraçoso. -----

Mário Praça (1º Sec. da Mesa) – Afirmou que não entende essa dúvida agora. -----

Vítor Vieira (CDU) – É embaraçoso. De seguida perguntou ao Sr. Vogal da Mesa da Assembleia, o que é que era mais embaraçoso? É que neste documento tem aqui também a aprovação de mais dois Protocolos com a Associação Vegetas e com a Associação à Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal e a Assembleia não sabia de nada. Continuam sem nada saber e não sabem se a Assembleia tem de aprovar ou não. Protocolos e mais Protocolos e aqui não são “tidos nem achados”. De seguida passou a ler a Declaração de Voto, a qual fica anexa a esta Ata, com o n.º 2. -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado António Abreu. -----

António Abreu (Aqui há Porto-RM) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes bem como ao Membro do Júri. Também quis agradecer ao Executivo Camarário/Municipal a confiança que atribui às Juntas de Freguesia para atribuição dos Fundos de Apoio ao Associativismo Portuense. Isto é importante colocar nas Juntas de Freguesia, foi um passo importante dado, congratular isto e agradecer este Ponto. Também agradecer ao Executivo da Junta de Freguesia a disponibilidade que teve para o apoio às Instituições que se candidataram com o apoio que foi dado a todas as Instituições e o tempo que foi dado para fazerem as candidaturas e todos os outros procedimentos concursais. Agradecer sobretudo e também ao Júri o trabalho e dedicação que teve às diferentes candidaturas. Quis realçar também a importância do tecido social, cultural, desportivo, humano que estas Associações têm no dia a dia dos portuenses. Dar um Voto de Louvor pelo rápido procedimento que foi feito. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado Ricardo. -----

Ricardo Baptista (PSD) – Afirmou que o PSD ficou muito contente com a atribuição destes valores às Associações. Agradecem imenso ao Júri e também podem dizer que estão contentes porque muitas das Associações que estão aqui e que concorreram, foi um trabalho que o PSD fez também junto das Associações, a incentivar para concorrerem ao Apoio ao Associativismo.

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Informou que dá por terminada a sessão, informando os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. Antes da sua leitura, referiu novamente que em nome da Mesa e dos Membros da Assembleia, agradece a presença do Sr. Dr. Miguel Ângelo, a sua prestação, o seu contributo e a sua paciência e resiliência de estar aqui até esta hora. Outras pessoas não estão, mas estão bem representadas na pessoa do Dr. Miguel Ângelo. De imediato Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da Minuta da Ata para ser votada. A Minuta foi aprovada por unanimidade. De seguida do Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 15 de julho de 2023, pelas 00h40. -----

O Presidente: 

O 1º Secretário: 

O 2º Secretário: 





Handwritten signature in blue ink.

Fundo de Apoio ao Associativismo 2023

Registamos com agrado que desta vez tudo decorreu em pouco mais de quatro meses, em vez dos mais de onze da edição anterior. Mas mantemos a afirmação anterior: "na falta de um Regulamento claro e simples e de medidas de divulgação adequadas, este apoio tão necessário para as Associações tornou-se um pesadelo burocrático e a sua abrangência viu-se dramaticamente reduzida".

De novo sem pôr em causa o mérito das propostas seleccionadas nem o rigor de apreciação do Júri, relembramos e reafirmamos que este Fundo resultou de uma proposta da CDU, mas que a sua concretização sempre esteve longe dos objetivos que se apontavam; e o valor atribuído é hoje até menor do que quando foi possível a Câmara aceitar as nossas propostas: apenas **840 mil euros**, contra mais de **um milhão** atribuído em 2021.

Como prevíamos em Dezembro passado, em 2022 **houve um maior número de associações apoiadas** - foram apenas 22 em 2019, 29 em 2020 e 28 em 2021, e aumentou para **89** em 2022.

Mas como também prevíamos muitas outras ficaram de fora, em particular as mais frágeis e vulneráveis, enquanto **houve Associações que foram contempladas em várias Freguesias** - no caso da nossa União, **5** das 20 associações contempladas obtiveram verbas noutras Freguesias; e uma delas conseguiu mesmo ser subsidiada por **quatro autarquias**.

Registamos também que **7 das 21** entidades que este ano serão apoiadas já tinham sido contempladas no ano passado. Mas até não é de estranhar, atendendo às suas características: são associações de maior dimensão ou capacidade para enfrentar a teia burocrática imposta pela Câmara, teia aceite pela coligação "RM"/PSD que neste mandato dirige a autarquia.

Preocupante é que também só **7 dessas 21** sejam associações de âmbito estritamente local: **12** outras abrangem todo o Concelho, ou mesmo a **região Norte**; e **2** têm mesmo âmbito **nacional**. O que comprova, mais uma vez, a incompetência da Câmara e da Junta, registando-se de novo a ausência de praticamente todas as associações populares históricas do nosso território.

Reconhecemos porém que a responsabilidade disto não é do Júri nem das Associações contempladas, pelo que apesar de tudo e de novo **votaremos favoravelmente esta proposta**, deixando bem clara a nossa profunda crítica à forma como o processo tem sido conduzido.

Handwritten signature in blue ink.

/ CDU: 14 de julho de 2023



Declaração de Voto

Fundo de Apoio ao Associativismo 2023

A CDU votou favoravelmente o “Relatório Final” elaborado pelo Júri, mantendo porém todas as críticas ao processo que constam da intervenção feita e que aqui se dá por reproduzida, e se considera parte integrante desta Declaração de Voto.

Tal como na edição anterior, insistimos em que um Regulamento debatido em profundidade com as Associações e aprovado nesta Assembleia teria sido fulcral para conseguir maior justiça e equidade.

/ CDU: 14 de julho de 2023